

FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ENSINO SUPERIOR

TRAINING FOR HUMAN DEVELOPMENT IN HIGHER EDUCATION

Gabriel Scoparo do Espírito Santo¹

RESUMO: Das diversas pesquisas feitas em educação, poucas buscam modificar áreas de práticas cristalizadas como a docência no ensino superior fora das licenciaturas. Este trabalho busca mostrar a relevância da atenção a esse setor, uma vez que o ensino superior atual forma uma geração de profissionais atuantes na gestão e manutenção da produção no sistema capitalista. Para aqueles que pretendem avançar a sociedade para além do capital, é imprescindível que as classes intermediárias dos trabalhadores sejam transformadas. Assim, apresentamos a necessidade da atuação na classe de trabalhadores da Engenharia como exemplo de “mão de obra qualificada” que reproduz a lógica do capital. Em seguida apontamos a possibilidade de atuação nessa classe através dos cursos de formação profissional, ou seja, preparar a classe para outra forma de atuação. Por fim, apontamos a maneira de modificar essa formação, qual seja, através da didática baseada na Teoria Histórico-Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Desenvolvidora. Ensino Superior. Didática.

ABSTRACT: Of the various researches done in education, few seek to modify areas of crystallized practices such as teaching in higher education outside of undergraduate degrees. This paper seeks to show the relevance of attention to this sector, since the current higher education forms a generation of professionals working in the management and maintenance of production in the capitalist system. For those who want to advance society beyond capital, it is essential that the intermediate classes of workers be transformed. Thus, we present the need for acting in the engineering worker class as an example of “skilled labor” that reproduces the logic of capital. Then we point out the possibility of acting in this class through vocational training courses, ie preparing the class for another form of performance. Finally, we point out the way to modify this formation, that is, through the didactics based on the Historical-Cultural Theory.

KEYWORDS: Developmental Education. University education. Didactics.

INTRODUÇÃO

A luta por uma sociedade mais justa e por uma vida com sentido além da acumulação de bens de consumo passa por todas as esferas de atuação do capital. Na atual sociedade alienante o mundo do trabalho está desconectado do

¹ Mestre em Ensino de Física (PPGE-UNESP/Marília, 2015). Doutorando em Educação (PPGE-UNESP/Marília). Assistente de Suporte Acadêmico II – Física, no Laboratório de Física da FCE – UNESP/Tupã e professor de Física Geral do curso Geral do Curso de Engenharia Civil na Faculdade da Alta Paulista – FAP. Gse.santo@unesp.br

mundo da educação, o que representa um obstáculo para atuação daqueles que se dispõe à mudança. Muitas pesquisas partem da Teoria Histórico-Cultural com o objetivo de transformar a formação básica e dessa forma buscar a estruturação de um sistema de ensino com outros pressupostos que não os do capital, para isso focam principalmente em duas áreas: a alfabetização, a fim de preparar as futuras gerações, e a formação de novos professores nas licenciaturas, possibilitando assim uma cadeia de transformação.

Um entrave que diversas iniciativas encontram é o de lidar com professores universitários e outros profissionais que decidem sobre a educação, mas que nunca tiveram contato com outra forma de educação e não conseguem sequer separar o diálogo educacional do ideológico. Desta forma a luta não pode ficar restrita às gerações futuras porquanto profissionais estão sendo formados neste momento sem que haja o menor contato com uma visão contra hegemônica.

Uma dificuldade para a atuação fora das licenciaturas é a profunda fragmentação ocasionada pela lógica de disciplinas que norteiam o ensino brasileiro, sendo o ensino superior inquestionavelmente estruturado a partir desta divisão. Apesar de defender a necessidade de mudanças nessa estrutura, buscamos uma atuação que possibilite avanços apesar desta. O elemento que permeia todas as disciplinas é a “forma da aula”, ou melhor dizendo, a didática. Nosso trabalho, portanto, é apontar a necessidade, a possibilidade e a aplicabilidade de uma didática baseada na Teoria Histórico-Cultural em cursos de formação profissional que não se restrinjam à formação de professores.

Com relação a necessidade, apresentamos na seção 1 um breve retrato do controverso papel da classe média que apesar de sofrer um esmagamento intensificado na era digital, continua atuando como defensora do capital como se fosse proprietária. A possibilidade de atuação, apresentada na seção 2 reside na flexibilidade da legislação educacional feita para atender os interesses do capital, mas que pode ser aproveitada para evitar que iniciativas sejam facilmente reprimidas. Por fim a aplicabilidade se mantém no campo da discussão na seção 3 em que alguns pressupostos metodológicos das didáticas críticas são relacionados aos conteúdos de cursos de graduação em Engenharia, uma vez que essa área representa perfeitamente o papel da alienação da mão de obra intelectual na sociedade da informação.

A EDUCAÇÃO DAS CLASSES INTERMEDIÁRIAS DO CAPITAL

A divisão de classes feita no capitalismo industrial era binária, proprietários do lado opressor e o proletariado do lado oprimido. Com o avanço das formas de dominação do capital a figura do proprietário desapareceu, evitando assim que o trabalhador tenha à quem direcionar sua insatisfação. Embora essa mudança seja prejudicial à luta de classes não se compara ao efeito da alteração nas relações de trabalho.

A classe de trabalhadores não pode mais ser vista apenas como oprimida, pois diversos níveis intermediários de atuação transformam proletários em representantes e defensores do capital, justificando e intensificando as formas de exploração em troca de acesso a alguns bens de consumo. Diversas classes intermediárias foram surgindo ao longo do desenvolvimento do capitalismo, mas sobretudo com a migração da mão de obra para o setor de prestação de serviços as formas de contratação e organização em microempresas transformaram classes unidas em competidores.

Em seu mais recente livro, o professor Ricardo Antunes detalha essas relações entre trabalhadores e empresas e mostra como a classe média que recebeu a promessa de ascensão foi enganada, está sendo substituída por computadores ou máquinas automatizadas e transformada em prestadora de serviços sem nenhuma forma de proteção trabalhista.

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI. (ANTUNES, 2018, p. 35).

Vivemos em uma sociedade de informação onde o conhecimento é escasso. Se considerarmos a realidade brasileira que tem um abismo social entre as classes, o acesso ao conhecimento além do senso comum é praticamente irrisório. Para manter esse estado de disparidade sem que haja revoltas se faz necessário o avanço da dominação ideológica entre os operários.

Os proletários são estimulados a adquirir “formação intelectual” para sair da condição de recebedores de ordem e passar a compor a “gestão da produção”. Assim o capital oferece uma ilusão de conhecimento através do aprendizado de técnicas de execução de procedimentos na produção de bens de consumo. O trabalhador que domina as técnicas para executar o que o manual dos equipamentos “ensina” percebe-se como mão de obra especializada e deixa de se reconhecer como proletariado para se colocar como intelectual ao lado do patrão na produção. Assumindo a posição de capataz da empresa, esse técnico responsável pela produção ganha a possibilidade de ser opressor no chão de fábrica, enquanto sobre ele deixam de recair ordens, substituídas por metas.

Nesta sociedade em que o “conhecimento prático” é ultravalorizado, o status de intelectual e os postos de prestígio antes ocupados por cientistas e filósofos passa a ser ocupado por engenheiros e gestores, uma vez que esses contribuem ativamente para a sociedade, segundo os patrões. Nesse contexto é fundamental

a atenção ao posicionamento dessa classe de trabalhadores que são formados para atuar em nome dos patrões e defender os interesses destes.

O cenário apresentado é realmente caótico, de um lado o capital avança na dominação ideológica de todas as classes de trabalhadores, usando para isso as instituições de ensino como replicadoras da sua verdade, do outro, iniciativas que buscam transformar a educação em ferramenta de emancipação, mas que mantêm as práticas enraizadas na cultura hegemônica atual e não conseguem romper com a lógica da alienação.

Meszáros aponta que a necessidade primária da educação deve ser romper com a lógica do capital.

O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta e abrangente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 47).

Nesse trabalho buscamos mostrar a lógica tecnicista atual da formação profissional no Brasil a fim de evidenciar os pontos que permitem alterações a partir dos professores, sem precisar esperar mudanças de políticas públicas para começar a ruptura. Isso não significa que novas políticas não devam ser instauradas, ao contrário, esperamos que com a atuação de professores para além do capital essas políticas sejam parte do interesse de pessoas influentes na sociedade atual e as mudanças se realizem mais facilmente.

AS POSSIBILIDADES E INICIATIVAS ATUAIS NA ENGENHARIA

O Ministério da Educação (MEC) estabelece diretrizes nacionais para a formação profissional do Engenheiro, o documento trata de diferenciar as áreas de responsabilidade de cada especialidade e de recomendar disciplinas além do núcleo básico de engenharia para cada curso de formação. Uma análise simples do documento mostra que a única intenção é diferenciar os conteúdos específicos de cada engenharia diferente, esclarecendo em que tipos de empresa podem atuar. Todos os perfis de egresso seguem o roteiro abaixo descrito, com a substituição do texto sublinhado em cada especialidade e cópia exata do resto:

PERFIL DO EGRESSO

O Engenheiro Agrícola é um profissional de formação generalista, que atua no planejamento, que realiza assessoria, dirige empresas e estuda a viabilidade técnica e econômica no que se refere à: Automação e Controle de Sistemas Agrícolas; Eletricidade, Energia e Energização em Sistemas Agrícolas; Estrutura e Edificações Rurais e Agroindustriais; Hidráulica e Hidrologia; Saneamento e Gestão Ambiental e Resistências dos Materiais. Coordena e supervisiona equipes de trabalho, realiza estudos de viabilidade técnico-econômica, executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; e efetua vistorias, perícias e avalia-

ções, emitindo laudos e pareceres. Em suas atividades, considera a ética, a segurança, a legislação e os impactos ambientais. (BRASIL, 2014 grifos nossos).

No documento que apresenta as disciplinas que compõe o núcleo comum de todas as engenharias aparecem disciplinas ligadas a questão humana:

§ 1º O núcleo de conteúdos básicos, cerca de 30% da carga horária mínima, versará sobre os tópicos que seguem:

I - Metodologia Científica e Tecnológica;

[...]

XV - Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania. (BRASIL, 2002, p. 2)

Esses dois excertos reúnem o que a legislação atual dedica de atenção a formação ética dos profissionais. É fácil perceber que o objetivo da legislação é apenas intermediar a disputa entre as diferentes engenharias. A questão da ética e da cidadania surgem apenas como burocracia, sendo até simbólico que fiquem sempre como últimas entre as atribuições e os tópicos.

Por um lado, essa falta de atenção é esperada das instituições governamentais já que não existe um projeto de melhoria da sociedade, apenas a manutenção do frágil “equilíbrio” do status quo. A formação profissional atual não tem nenhum compromisso com o avanço da humanidade nos indivíduos, objetiva exclusivamente capacitar ou melhor “qualificar o recurso humano”. Apesar de parecer óbvio, pouca atenção é dada ao nível de reificação implícita nas ideias de recurso humano e mão de obra qualificada que usam literalmente a mesma categoria para qualificar objetos e pessoas.

De outro modo, é possível ver que a legislação básica já avançou no sentido de humanizar as ações dentro da esfera do capital. Como o objetivo das instituições de ensino é atender as diretrizes governamentais, essa pequena alteração consegue provocar uma reação em cadeia e espalhar a ideia de que uma atuação ética/humanitária é necessária. Sem esse respaldo, qualquer iniciativa de luta contra a lógica enraizada no sistema se tornaria ainda mais subversiva, como muitos ainda veem.

Existem diversas iniciativas espalhadas pelo Brasil que já estão aproveitando esse espaço da legislação e trabalham para uma nova engenharia. No trabalho de Cristiano Cordeiro Cruz (2016) são apresentadas muitas dessas iniciativas divididas em dois grandes grupos: as extensionistas e as curriculares.

As principais ações extensionistas são os Núcleos de Extensão, que em muitos casos se tornam ou geram diretamente Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), obviamente essas são as iniciativas mais alinhadas com o ideal revolucionário já que conseguem reunir todos os aspectos da formação integral com a atuação na sociedade. A única fragilidade dessa proposta é a

marginalidade com que a Universidade trata os projetos, dificilmente institucionalizando-os e dando continuidade, caso seus autores iniciais se ausentem.

Outra ação extensionista apresentada é ao Estágio Interdisciplinar de Vivência em que os alunos passam parte do seu tempo em contato direto com os trabalhadores, geralmente em parceria com os Movimentos Sociais do Campo. Apesar de profundamente impactante para os participantes, essa iniciativa é facultativa aos alunos e tem um alcance muito limitado.

As propostas classificadas como curriculares incidem sobre o ensino mas podem ser focadas em aspectos diferentes como: metodologia pedagógica; disciplinas com enfoque Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS); grade curricular contextualizada e também estágios curriculares de vivência. Destas ações as mais numerosas são as disciplinas com metodologia pedagógica e enfoque CTS, a causa é simples para essa maioria, elas dependem apenas da iniciativa do docente responsável pela disciplina e quando as condições são favoráveis para atuação em grupos formam-se iniciativas interdisciplinares. A maior dificuldade dessas iniciativas é vencer a barreira da morosidade que mantém o status quo e ainda conseguir que os alunos tenham contato e atuem socialmente como nas iniciativas extensionistas.

UMA OUTRA DIDÁTICA NO ENSINO SUPERIOR

Uma discussão permanente nas licenciaturas é sobre o equilíbrio entre o aprendizado do conteúdo específico de alguma área e o tempo dedica à formação pedagógica. Já nas licenciaturas encontramos diversos defensores da ideia “quem sabe o conteúdo sabe ensinar”, mas o descaso com a dimensão pedagógica surge mesmo nos outros cursos de graduação, nestes não há nenhuma exigência de formação pedagógica do docente.

Como exemplo utilizaremos a área da engenharia, um engenheiro cursa disciplinas restritas a sua área de atuação profissional, faz uma pós-graduação stricto sensu também na engenharia e então está habilitado a dar aulas para um curso de formação de engenheiros. Ou seja, o que o qualifica é o fato de ter feito uma pesquisa ainda mais específica em uma determinada área da engenharia e não uma preparação para a docência. Ressaltamos que essa lógica se aplica a todos os cursos de graduação no Brasil e muitos no exterior.

Para que uma mudança em larga escala ocorra nesta questão seriam necessárias mudanças nos critérios estabelecidos pelas agências reguladoras do ensino como o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Infelizmente, não temos uma estrutura para propor como alternativa à atual. No entanto, podemos propor que a didática utilizada no ensino superior seja voltada ao desenvolvimento

do aluno de forma integral, preparando-o não para reproduzir técnicas mas para compreender e transformar uma área do conhecimento humano.

Uma didática que se propõe esse papel é a Aprendizagem Desenvolvidamental (algumas traduções utilizam Ensino Desenvolvente ou Ensino Desenvolvidamental e ainda outras pequenas variações) apresentada por Repkin e fundamentada na psicologia histórico-cultural. O maior expoente dessa vertente da psicologia foi Leviv Vygotsky, que teve uma vida muito curta mas suficiente para que seu legado fosse seguido por Aleksei Leontiev, Danil El'konin, mais tarde Vasilii Davydov e muitos outros nos anos que se seguiram.

Essa escola de pensamento entende que o papel da educação não é o de transmitir conhecimentos acumulados pela sociedade para que o indivíduo os reproduza, mas através dos conhecimentos acumulados proporcionar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, permitindo que o indivíduo adquira autonomia intelectual, ou seja, tenha capacidade de analisar, refletir e planejar o próprio estudo.

Na atividade de estudo, o objetivo é bem diferente. Nesse caso, tanto o objetivo como o resultado não são um produto externo, mas uma mudança dentro de si mesmo como sujeito da atividade. Em outras palavras, a atividade de estudo deve ser entendida como atividade para a autotransformação do sujeito. (REPKIN, 2014, p. 88).

Para atingir esse objetivo, a educação desenvolvimental se utiliza do conhecimento teórico acumulado pela sociedade, de forma a reproduzir no aluno a capacidade de pensar que avança o conhecimento humano e não apenas a capacidade de executar determinada tarefa mecanicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz parte do senso comum a crítica de que no mercado de trabalho “não se usa nada” do que se aprende na graduação. Apesar das devidas ressalvas a essa “impressão”, nota-se um descompasso entre a formação acadêmica estática e a necessidade constante de transformação da sociedade atual. Infelizmente, a crítica social adquiriu viés político de disputa por poder e pouco se avançou em relação a superação dessas dificuldades.

A busca por uma sociedade melhor, com menos miséria e mais oportunidade, não passa necessariamente pelo socialismo como muitos, tanto defensores quanto opositores, fazem parecer. Nesse sentido, acreditamos ser possível aproveitar conhecimentos construídos no período de polarização mundial e aproveitá-los hoje para corrigir, ou melhorar, aspectos da sociedade que não exigem grandes revoluções sociais, mas apenas mudanças de perspectivas.

Sinteticamente, esse trabalho busca mostrar a necessidade de mudanças no olhar sobre os cursos de formação profissional, não com o objetivo de destruir

tudo que se tem e recomeçar do zero, mas com a perspectiva de aproveitar o melhor do conhecimento acumulado na sociedade para transformá-la de forma gradual em uma organização que não precise explorar e oprimir alguns para que outros possam se desenvolver como humanos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. **Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002**, p. 4, 2002.

_____. **Referenciais nacionais dos cursos de engenharia**. Brasília: [s.n.]. 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/referenciais.pdf>>. Acesso em: 26 de julho de 2018.

CRUZ, C. C. Tecnologia social e engenheiro/a educador(a): levantamento e análise de iniciativas formativas desenvolvidas no Brasil. Florianópolis: [s.n.], 2016.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

REPKIN, V. V. Ensino desenvolvente e atividade de estudo. **Ensino em Re-Vista**, v. 21, n. 1, p. 85–99, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/viewFile/25054/13891>>.

Recebido: 29/03/2019

Aceito: 12/07/2019